JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.15 06:22:57 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 15 de março de 2024 • Nº 1763 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

5º Domingo da Quaresma

PÁGINA 4

IBGE

Venda no comércio surpreende com avanço de 2,5% em janeiro

As vendas no comércio cresceram 2,5% em janeiro na comparação com dezembro. É o primeiro crescimento significativo desde setembro de 2023. Na época, o avanço fora de 0,8%. É também a melhor evolução entre meses seguidos desde janeiro de 2023, quando a alta tinha sido igualmente de 2,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado do primeiro mês de 2024 ajuda a compensar a queda de 1,4% de dezembro de 2023. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, janeiro apresenta alta de 4,1%. Já no acumulado de 12 meses, o resultado é positivo em 1,8%. Com os novos números, o varejo brasileiro se encontra 5,7% acima do patamar pré-pandemia da Covid-19, de fevereiro de 2020, porém 0,8% abaixo de nível recorde. PÁGINA 2

BRUMADINHO

HC para ex-presidente da Vale causa indignação

A decisão dos desembargadores da 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 6ª região (TRF-6) de conceder habeas corpus ao ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, indignou movimentos sociais que representam familiares de vítimas do rompimento, no dia 25 de janeiro de 2019, da barragem Mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais, pertencente à empresa. "É com perplexidade que recebemos a notícia da votação sobre o habeas corpus do ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman. É revoltante saber que desembargadores do TRF-6 reconheceram, deram efetividade ao habeas corpus apresentado pelo ex-presidente da Vale, que, sim, era conhecedor de que a barragem era instável, que a barragem não oferecia estabilidade e que não tomou nenhuma atitude e permitiu que 272 pessoas fossem assassinadas", disse a presidente da Associação dos familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (Avabrum), Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, em vídeo encaminhado à Agência Brasil, no qual leu a nota da entidade. Na tragédia, Andresa perdeu o filho Bruno que, segundo ela, "foi assassinado junto com 271 jóias [como os familiares tratam os parentes mortos em consequência do rompimento] pela Vale, pela Tüv Süd [empresa alemã contratada pela Vale para avaliar a barragem da Mina Córrego do Feijão] e seus aliados". PÁGINA 5

COMIDA CARA

RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

Governo Lula diz esperar queda no preço de alimentos até abril

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou ontem, que o governo prepara medidas de incentivo ao Plano Safra para aumentar a produção de alimentos. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, o governo federal espera a redução no preço dos alimentos até abril. Eles deram as declarações depois de reunião que tiveram no período da manhã com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O grupo Alimentação e Bebidas saiu de um aumento de 1,38% em janeiro para alta de 0,95% em fevereiro dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado na terça-feira. O grupo contribuiu com 0,2 ponto porcentual para a taxa de 0,83% do IPCA do último mês. Segundo Teixeira, o aumento registrado se deu por questões climáticas, como a alta temperatura registrada na Região Centro-Oeste e as chuvas ocorridas na Região Sul. PÁGINA 3

VEÍCULOS

Governo e montadoras estudam carros bioelétricos

PÁGINA 3

MANDANTE COM FORO

Apuração da morte de Marielle vai para o STF

A apuração sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista Anderson Gomes foi transferida para o Supremo Tribunal Federal (STF). O crime ocorreu há exatos seis anos e vinha tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ). As investigações criminais ficam vinculadas à esfera do Judiciário de acordo com o perfil dos investigados. Até então estava na lista dos suspeitos o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) Domingos Inácio Brazão. O cargo de conselheiro tem direito a foro privilegiado no STJ. Com a mudança de tribunal, os investigadores indicam que haveria outra autoridade que pode ser um parlamentar sob investigação ou mencionada no inquérito conduzido pela Polícia Federal. O assassinato completou seis anos ontem, sem que tenha sido totalmente esclarecido. Embora os apontados como o autor dos disparos e o motorista que o conduziu naquela noite de 17 de março de 2018 no Rio de Janeiro estejam presos, ainda falta saber quem mandou matar Marielle. sentença, de 27 de novembro do ano passado, foi divulgada ontem.

INDICADORES

IBOVESPA: -0,25% / 127.689,97 / -316,08 / Volume: R$ 24.074.794.283 / Negócios: 3.672.916

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	29.37	+10.21	+2.72
SAO MARTINHOON NM	27.79	+5.07	+1.34
CARREFOUR BRON NM	12.56	+3.29	+0.40
MARFRIG ON NM	10.26	+3.22	+0.32
MRV ON NM	8.23	+1.98	+0.16

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	15.66	–3.75	–0.61
CEMIG PN N1	11.10	–4.15	–0.48
HYPERA ON NM	32.78	–3.70	–1.26
DEXCO ON ED NM	8.21	–2.73	–0.23
PETRORECSA ON NM	21.940	–2.49	–0.560

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON ED NM	60.45	–1.27	–0.78
PETROBRAS PN N2	36.22	–0.44	–0.16
ITAUUNIBANCOPN N1	34.73	–0.06	–0.02
EMBRAER ON NM	29.37	+10.21	+2.72
PETROBRAS ON N2	36.75	–0.68	–0.25

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	38.905,66	-0,35
NASDAQ Composite	16.128,529	-0,30
CAC 40	8.161,42	+0,29
FTSE 100	7.743,15	-0,37
DAX	17.942,04	-0,11
Ftse Mib	33.786,18	-0,29

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,83% (fev.)	Compra: 5,4887	Venda: 5,6687
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9768	-0,07%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(15/03)	0,5668%	BM&F/grama	R$ 347,73	Compra: 4,9859	Venda: 4,9865
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(15/03)	0,0665%	Compra: 5,4300	Venda: 5,4306	Compra: 5,0028	Venda: 5,1828

Economia

MERCADOS

Bolsa cai 0,25%, a 127,6 mil pontos, por temor com juros nos EUA

Dados de inflação ao produtor mais fortes do que o esperado nos Estados Unidos, a queda dos preços do minério de ferro na China e os persistentes temores de interferência do governo em Petrobras e Vale levaram a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a uma queda de 0,25% ontem, aos 127.689,97 pontos.

O Índice Bovespa (Ibovespa) operou no negativo durante quase todo o pregão, entre a mínima, de 127.192,19 pontos (-0,64%), e a máxima, de 128.255,78 pontos (+0,2%). Dos 87 papéis da carteira teórica, 51 fecharam o dia no vermelho. O giro financeiro ficou em R$ 23,9 bilhões.

Outros elementos também contribuíram para a queda das duas empresas mais pesadas do Ibovespa, Vale e Petrobras, e ajudaram a selar o destino do índice. O papel ordinário da mineradora recuou 1,27%, puxado pela queda de 2,62% dos preços do minério de ferro em Dalian, na China, a US$ 111,01 por tonelada - a menor cotação no fechamento desde 21 de agosto.

Os papéis da Petrobras também caíram, entre 0,44% (PN) e 0,68% (ON), ignorando aumentos próximos de 2% nos preços do petróleo.

Na outra ponta, o noticiário corporativo ajudou a segurar algumas empresas no campo positivo, a exemplo de Embraer ON (+10,21%) e Eletrobras ON (+1,41%), que ajudaram a limitar as perdas do Ibovespa.

Em termos nominais, as maiores quedas do Ibovespa nesta quinta ficaram com Cemig PN (-4,15%), CSN ON (-3,75%), Hypera ON (-3,70%) e Gerdau PN (-3,02%). Na outra ponta, além de Embraer ON, aparecem São Martinho ON (+5,07%, na máxima), Carrefour ON (+3,29%) e Marfrig ON (+3,22%).

DÓLAR SOBE

Após troca de sinais pela manhã, o dólar à vista ganhou força ao longo da tarde de ontem, e se firmou em alta no mercado local.

Com máxima a R$ 4,994 à tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem em alta de 0,22%, a R$ 4,987. Após o avanço desta quinta, a moeda passa a acumular valorização de 0,28% em março. No ano, os ganhos são de 2,76%.

IBGE

Vendas no comércio têm alta de 2,5% em janeiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As vendas no comércio cresceram 2,5% em janeiro na comparação com dezembro. É o primeiro crescimento significativo desde setembro de 2023. Na época, o avanço fora de 0,8%.

É também a melhor evolução entre meses seguidos desde janeiro de 2023, quando a alta tinha sido igualmente de 2,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado do primeiro mês de 2024 ajuda a compensar a queda de 1,4% de dezembro de 2023. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, janeiro apresenta alta de 4,1%. Já no acumulado de 12 meses, o resultado é positivo em 1,8%.

Com os novos números, o varejo brasileiro se encontra 5,7% acima do patamar pré-pandemia da covid-19, de fevereiro de 2020, porém 0,8% abaixo de nível recorde, alcançado em outubro de 2020.

"O comércio varejista veio de 2 meses mais fracos, em que os resultados foram bastante abaixo do que poderíamos ter visto. Esse é um comportamento que foi observado não só em 2024, mas também em outros anos, quando, por exemplo, houve queda nas vendas no fim de 2022 e uma recuperação em janeiro", explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

EFEITO BLACK FRIDAY

Cinco das oito atividades pesquisadas avançaram em janeiro deste ano. Os destaques foram as de tecidos, vestuário e calçados (8,5%) e de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,1%), que tiveram as principais influências sobre o resultado.

O pesquisador do IBGE explica que a evolução significativa de janeiro é também um efeito estatístico da *Black Friday*, que antecipou para novembro vendas que seriam realizadas em dezembro.

"Setorialmente, os resultados vieram com muita amplitude de crescimento em setores que tiveram queda grande no Natal, depois de concentrar as vendas na Black Friday. Isso aconteceu em tecidos, vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e outros artigos de uso pessoal e doméstico, que, juntos, puxaram o crescimento do varejo em janeiro".

As vendas de tecidos, vestuário e calçados caíram 6,9% no último mês de 2023. No caso de móveis e eletrodomésticos, o tombo foi ainda maior, 7,4%.

Os números de janeiro são comparados com uma base mais baixa de dezembro, sem contar que janeiro é também mês tradicional de queimas de estoque, que estimulam vendas.

Outro setor que teve ampliação de vendas em janeiro foi o de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que cresceu 0,9%. O comportamento desse segmento do varejo é importante, pois é o de maior peso na pesquisa, 55,5%. Janeiro foi o terceiro mês seguido no campo positivo, o que deixou o setor 9,9% acima do patamar pré-pandemia.

CAMPO NEGATIVO

Três atividades ficaram no campo negativo em janeiro: livros, jornais, revistas e papelaria (3,6%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,1%), terceira de maior peso na pesquisa; e combustíveis e lubrificantes (0,2%).

O IBGE identificou que as vendas do varejo em janeiro tiveram alta em 24 das 27 unidades da federação. Em queda, apenas Santa Catarina (1%), Minas Gerais (0,1%) e Maranhão (0,1%).

IPEA

Inflação acelera para todas as faixas de renda em fevereiro

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A inflação no mês de fevereiro acelerou para todas as faixas de renda. As famílias de renda média alta foram as que mais sentiram a alta nos preços, que afetou as mensalidades escolares e o preço dos combustíveis.

Os dados estão no Indicador Ipea de Inflação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

De janeiro para fevereiro, a inflação no segmento de rnédia alta subiu 0,88% – a maior alta no período. Já a menor inflação para o período, de 0,78%, foi registrada na classe de renda muito baixa, impactada pelo aumento dos alimentos no domicílio e das tarifas de ônibus urbano e de integração.

No acumulado em 12 meses até fevereiro, enquanto as famílias de renda muito baixa tiveram a menor taxa de inflação (3,56%), a faixa de renda alta registrou a taxa mais elevada (5,44%).

Em fevereiro, pelo terceiro mês consecutivo, o principal impacto para as classes com rendas mais baixas veio do grupo alimentos e bebidas, refletindo a alta nos preços de alimentos no domicílio, especialmente em itens importantes da cesta de consumo, como arroz (3,7%), feijão (5,1%), batata (6,8%), cenoura (9,1%), ovos (2,4%) e leite (3,5%). Em menor intensidade, o grupo transporte também impactou a inflação dos segmentos de menor renda, repercutindo os reajustes das passagens de ônibus urbano (1,9%) e do transporte público por integração (9,4%).

Já para as classes de renda média, média alta e alta, o foco de pressão inflacionária em fevereiro, veio do grupo educação, influenciado pelo aumento de 6,1% das mensalidades escolares. No caso dos transportes, embora os reajustes da gasolina (2,9%) e do etanol (4,5%) também tenham contribuído positivamente para a inflação das famílias dos estratos mais elevados de renda, em fevereiro, a queda de 10,7% das passagens aéreas gerou um forte alívio sobre a inflação nesta faixa.

ANBIMA

Volume administrado pelas gestoras de patrimônio cresce 7,5%

KARLA SPOTORNO/AE

As gestoras de patrimônio encerraram 2023 com um total sob gestão de R$ 457,4 bilhões, o que representa um crescimento de 7,5% em relação a dezembro de 2022. Os dados foram divulgados no período da tarde desta quinta-feira, 14, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O crescimento no ano passado resultou de uma movimentação atípica concentrada em fundos de ações num total de R$ 24 bilhões. A Anbima não esclarece qual foi essa movimentação. Caso não tivesse acontecido, o volume gerido teria crescido apenas 1,8%.

A distribuição regional também ficou estável em relação a 2022. Quase 80% do volume gerido está no Sudeste. O Estado de São Paulo, individualmente, concentra 58,4% do total de R$ 475,4 bilhões. Em segundo lugar, está a região Sul (11,5%), seguida do Nordeste (8,0%) Centro-Oeste (1,1%) e Norte (0,3%).

CLASSES DE ATIVOS

Por conta da movimentação atípica já mencionada, a renda variável teve um crescimento de 13,9%, para R$ 12,85 milhões, na participação do volume gerido.

Já os fundos multimercados fecharam 2023 com um montante de R$ 96,4 bilhões, um recuo de 5,1% frente a dezembro de 2022.

Os Fundos de Investimento Participação (FIPs), fundos imobiliários e ETFs (Exchange Traded Funds) avançaram. Os primeiros registraram alta de 17,9%, somando R$ 27,3 bilhões. Os imobiliários fecharam 2023 em R$ 16,3 bilhões, crescimento de 22,8%, enquanto os ETFs registraram aumento de 111,3%, totalizando R$ 2,8 bilhões.

Os investimentos em renda fixa cresceram 8%, para R$ 173,6 bilhões. Os produtos isentos de Imposto de Renda foram destaque. Entre as aplicações com os maiores volumes de investimento, as debêntures incentivadas avançaram 78,5%, totalizando R$ 8,8 bilhões, e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) cresceram 18,4%, chegando a R$ 7,7 bilhões.

As Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) subiram 90,8%, atingindo a cifra de R$ 7,5 bilhões. Os Créditos de Recebíveis Imobiliários (CRIs) registraram alta de 28,5%, para R$ 6,7 bilhões, enquanto as Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) subiram 26,2%, totalizando R$ 3,7 bilhões. O crescimento dos Créditos de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) foi mais tímido, de 2%, para R$ 5 bilhões.

Os Créditos de Depósitos Bancários (CDBs) também tiveram avanço de 15,2%, somando R$ 8,5 bilhões. As letras financeiras cresceram 23%, chegando a R$ 7,4 bilhões; e os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), que encerraram 2023 com crescimento de 18,7%, para R$ 22,8 bilhões.

BALANÇO

Lucro da Cyrela cresce 19% e atinge R$ 248 mi no 4º trimestre de 2023

CIRCE BONATELLI/AE

A Cyrela Brazil Realty teve lucro líquido de R$ 248 milhões no quarto trimestre de 2023, alta de 19% ante o mesmo intervalo de 2022, conforme balanço publicado ontem.

A receita líquida totalizou R$ 1,710 bilhão, avanço de 25% na mesma base de comparação anual.

O crescimento dos números é reflexo do aumento do volume de lançamentos e vendas ao longo do ano. A incorporadora também reportou melhora das margens dos lançamentos mais recentes, em comparação com os projetos de 2022, o que ajudou a impulsionar os resultados. Por fim, o resultado oriundo da subsidiária CashMe também foi positivo.

A margem bruta cresceu 2,3 pontos porcentuais, para 33,7%. A margem bruta ajustada aumentou também 2,3 pp, para 35,4%. A margem líquida encolheu 0,7 pp, para 14,5%.

As despesas comerciais subiram 13%, para R$ 176 milhões, enquanto as despesas gerais e administrativas avançaram 8%, indo a R$ 135 milhões. O aumento está associado ao crescimento das operações.

O resultado financeiro (saldo entre receitas e despesas financeiras) gerou uma receita de R$ 34 milhões, alta de 28%.

A incorporadora reportou queima de caixa de R$ 94 milhões no trimestre e R$ 101 milhões no ano.

A Cyrela fechou o quarto trimestre com dívida líquida de R$ 868 milhões, crescimento de 52% na comparação anual.

A alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido) aumentou para 10,7% no fim de 2023, de 7,8% no fim de 2022.

A Cyrela já havia divulgado o relatório operacional do período, que foi visto como bastante forte pelos analistas de construção. A incorporadora reportou alta de 19% no volume de lançamentos, totalizando R$ 1,716 bilhão, enquanto as vendas líquidas cresceram 21%, indo a R$ 1,825 bilhão.

Nota

AQUISIÇÃO DO CREDIT SUISSE PELO UBS CRIOU NOVOS RISCOS À ESTABILIDADE FINANCEIRA NA SUÍÇA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disse ontem, em relatório sobre perspectivas econômicas para a Suíça, que a aquisição do Credit Suisse pelo UBS no ano passado "fez crescer novos riscos e desafios" à estabilidade financeira do país. De acordo com o relatório, o processo de aquisição foi feito de maneira acelerada, sem seguir o processo regulatório para bancos sistemicamente importantes, ou "bancos grandes demais para falirem". A forma como se deu a aquisição, segundo a OCDE, "levanta questões sobre a regulação e supervisão dos grandes bancos no futuro". Segundo a instituição, o UBS já era um banco sistemicamente importante antes da aquisição, e agora atingiu um patamar preocupante, enquanto tem até 2030 para atender às regras globais para bancos sistemicamente importantes. Além disso, a OCDE destaca que o mercado imobiliário suíço agora começou a dar indícios de enfraquecimento, mas as vulnerabilidades do setor permanecem.

Diário do Acionista Tels.: (21) 99122-4278

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

COMIDA CARA

Governo esperar queda no preço de alimentos até abril

SOFIA AGUIAR
E CAIO SPECHOTO/AE

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou ontem, que o governo prepara medidas de incentivo ao Plano Safra para aumentar a produção de alimentos. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, o governo federal espera a redução no preço dos alimentos até abril. Eles deram as declarações depois de reunião que tiveram no período da manhã com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O grupo Alimentação e Bebidas saiu de um aumento de 1,38% em janeiro para alta de 0,95% em fevereiro dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado na terça-feira. O grupo contribuiu com 0,2 ponto percentual para a taxa de 0,83% do IPCA do último mês.

Segundo Teixeira, o aumento registrado se deu por questões climáticas, como a alta temperatura registrada na Região Centro-Oeste e as chuvas ocorridas na Região Sul. "Foi um aumento sazonal que a tendência agora é diminuir", comentou.

De acordo com Fávaro, um dos alimentos que deve ser impactado é o arroz. O ministro afirmou que o preço ao produtor já baixou e, agora, cabem aos atacadistas repassarem a redução aos consumidores. "Esperamos que se transfira essa baixa dos preços, que os atacadistas abaixem também na gôndola do supermercado", cobrou.

ANÚNCIO

Na esteira da expectativa pela redução do preço dos alimentos, o ministro da Agricultura e Pecuária afirmou que o governo estuda medidas de estímulo para o novo Plano Safra para aumentar a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca. "São medidas estratégicas, não só crédito, como o governo quer lançar contratos de opção", disse.

De acordo com ele, a ideia também é retomar o papel da Conab para uma presença mais ativa no setor. "A política será muito voltada para que a Conab seja ativa, acompanhando dia a dia a variação de preços e vai vendo as oportunidades tanto para fazer estoque como para controlar alta exacerbada", afirmou.

Sobre agricultura familiar, Pretto afirmou que "a vontade do presidente é que a gente garanta a todos os agricultores que optarem por produzirem comida que eles também tenham renda".

De acordo com Fávaro, novas medidas para agricultura familiar devem ser anunciadas nos próximos dias.

REUNIÃO

O ministro da Agricultura disse ainda que o presidente Lula deve se encontrar com cinco setores da agropecuária na Granja do Torto em compromissos a partir da semana que vem. De acordo com ele, a expectativa é que haja um desses encontros por semana.

"Está fechando a agenda, já são cinco setores que querem se reunir com ele Lula. Querem trazer novidades, fazer algum pleito", disse Fávaro.

Ele mencionou fruticultura, cafeicultura, algodão e pecuária como prováveis participantes. "Pecuária já teve, mas quer fazer uma para comemorar", afirmou Fávaro.

VEÍCULOS

Governo e montadoras debatem produção de carros bioelétricos

PEDRO RAFAEL
VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um grupo de empresários do setor automotivo e do segmento de produção de etanol e gás para conversar sobre investimentos no Brasil.

O encontro, no Palácio do Planalto, foi ontem à tarde, em Brasília, e contou com as presenças do Vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Nas redes sociais, Lula destacou o potencial brasileiro, que inclui a produção de veículos híbridos flex, como o carro bioelétrico. Trata-se de uma tecnologia exclusiva do Brasil e combina a possibilidade do uso de etanol em carros elétricos, reduzindo a utilização de combustíveis fósseis.

"Já são mais de R$ 117 bilhões anunciados pelas montadoras até 2028 gerando empregos e crescimento econômico. Acreditamos no Brasil e no seu potencial na transição energética. O país abandonou o discurso do passado e está investindo no futuro", escreveu Lula.

BALANÇO

Tenda reduz prejuízo em 87,3% no 4º trimestre, para R$ 19,6 mi

CIRCE BONATELLI/AE

A Tenda diminuiu o prejuízo líquido consolidado em 87,3% na comparação entre o quarto trimestre de 2023 e o mesmo período de 2022, indo para R$ 19,6 milhões, de R$ 155,1 milhões.

A divisão Tenda (construção em fôrmas de concreto no canteiro) gerou lucro de R$ 2,9 milhões, o que representa uma recuperação importante, saindo do vermelho. Já a divisão Alea (construção em madeira, com itens pré-fabricados) teve prejuízo de R$ 22,6 milhões. O negócio, relativamente novo, ainda está em fase de ganho de escala.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado consolidado ficou positivo em R$ 47,3 milhões, contra resultado negativo em R$ 54,2 milhões um ano antes.

A receita líquida consolidada aumentou 19,6%, para R$ 754,9 milhões. Já a margem bruta ajustada consolidada deu um salto de 11,8 pontos porcentuais, para 24,9%. A margem líquida ainda ficou no campo negativo de 2,6%.

A Tenda reportou geração de caixa operacional de R$ 60,4 milhões no trimestre e R$ 100,6 milhões no acumulado do ano.

Segundo a empresa, 2023 foi marcado como "o nosso ano da virada", devido à conclusão do processo de reestruturação dos negócios após os estouros de orçamento do passado.

A Tenda continuou subindo o preço médio dos imóveis, que chegou a R$ 206 mil no fim de 2023, ante R$ 189 mil no fim de 2022. No mesmo período, a margem bruta das novas vendas foi a 33,7% de 31,1%. Pela frente, a alta deve ficar mais próxima da inflação, disse Garcia.

Para 2024, a prioridade da Tenda continua sendo a recuperação da margem de lucro na divisão Tenda. Além disso, a companhia espera ganhos de eficiência e escala no ciclo construtivo da Alea, com expectativa de a divisão ser rentável a partir de 2025.

MUNICÍPIOS

FNP critica proposta do governo para desoneração da folha

FERNANDA TRISOTTO/AE

A Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) criticou a proposta do governo para a desoneração da folha de pagamentos de municípios, que foi considerada injusta. O texto, articulado no Ministério da Fazenda, prevê limitação do benefício a cidades mais pobres e com até 50 mil habitantes, com alíquota reduzida de 14% neste ano e elevação gradual até 2027, quando retomaria o patamar de 20%.

Para a FNP, a proposta do governo é injusta por arbitrar um teto populacional, partindo do pressuposto que cidades mais populosas são ricas. A entidade também considera ruim o critério de atrelar ao tamanho das cidades um montante de receita corrente líquida (RCL) de até R$ 3.895 por ano, por entender que a RCL não mensura capacidade contributiva e inviabiliza a gradação de alíquota.

Outra crítica é a duração do benefício: a redução de alíquota previdenciária passaria a valer em 2024, fixada em 14%, e haveria elevação gradual de dois pontos percentuais por ano, até que em 2027 ela retomaria os atuais 20%. "Uma medida que vai na contramão da tendência das contas públicas locais, cada vez mais tensionadas pelo aumento cotidiano das demandas por políticas públicas", diz a FNP.

De acordo com a entidade, a proposta atual é "severamente excludente" em relação ao texto que havia sido aprovado pelo Congresso e vetado pelo governo. "Prevalecendo essa proposta, apenas cerca de 1.100 municípios seriam beneficiados, diferentemente dos 2.500 apontados pelo governo", diz.

"A FNP reforça sua defesa de um modelo de escalonamento de alíquotas a partir da capacidade contributiva local, para todos os municípios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sem cortes discricionários. Reafirma, ainda, sua postura de disposição ao diálogo para a construção de uma agenda federativa equilibrada e sustentável do ponto de vista socioeconômico e fiscal", diz o texto.

FORÇA POPULAR

Criado em Paraisópolis, banco planeja ser o 'BNDES da favela'

DANIEL MELLO/ABRASIL

O G10 Bank, instituição financeira criada em Paraisópolis, favela da zona sul paulistana, vai abrir agências físicas em quatro estados. A primeira começou a funcionar mês passado dentro da comunidade onde o projeto foi iniciado.

Oferecendo contas digitais e empréstimos, o CEO do G10, Gilson Rodrigues, diz que a proposta da instituição é ser um banco de desenvolvimento, apoiando principalmente os empreendedores das favelas. "É como se fosse um BNDES da favela, desburocratizando o acesso ao crédito", explica, comparando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que oferece crédito com juros abaixo do mercado a empresas.

Um dos principais diferenciais do banco é ter flexibilidade para lidar com as condições de vida com pouca formalidade, que dificultam a apresentação de documentação exigida corriqueiramente pelos bancos tradicionais, como comprovantes de residência e renda.

A avaliação de crédito é medida por critérios que passam pela relação com a comunidade, o nível de planejamento para os investimentos e a renda, levando em consideração as possíveis instabilidades financeiras. A metodologia foi, segundo Rodrigues, desenvolvida com apoio do Banco Central. "Ele foi criado para que as pessoas na informalidade possam ter acesso", enfatiza o CEO.

Entre os moradores de favelas, 32% se queixam da demora de aprovação de crédito por bancos e 29% têm dificuldades em acessar empréstimos pelo histórico financeiro. Os dados fazem parte da pesquisa Persona Favela – Bancarização, realizado pelo NÓS Pesquisas. O trabalho ouviu 2,7 mil moradores de favelas com conta bancária de todo o país e indicou ainda que 77% dessa população já teve que negociar dívidas em atraso para tirar o nome do cadastro negativo.

CONTA DIGITAL

A ideia inicial, conta Rodrigues, era criar uma instituição que emitisse uma moeda local, para circulação em Paraisópolis, a exemplo de outros bancos comunitários. No entanto, a ideia foi abandonada devido aos riscos de falta de lastro e de falsificação. "A gente decidiu não fazer a moeda, mas pensamos em criar um cartão. Criamos um cartão de crédito chamado Nova Paraisópolis. Esse cartão já não existe mais. Mas a gente chegou a operar esse cartão. Tinha 11 mil pessoas com acesso ao crédito com média de R$ 300", lembra.

A partir da experiência, é desenvolvido o projeto do banco, que está organizado a partir de quatro pessoas jurídicas para oferecer serviços diversos, como consórcio, conta digital e crédito. "A gente está modelando os consórcios a partir dos desejos que a gente percebe que os moradores têm, que por vezes não são realizados", explica e cita como exemplo viagens, cirurgias e compra de aparelhos celulares, motos e carros.

A casa própria é o desejo de 34% dos residentes em favelas, segundo a pesquisa Persona Favela. Acreditam que precisam organizar a aposentadoria, 33%, e 24% não tem uma fonte de renda segura.

INCLUSÃO

Atualmente, o G10 Bank tem cerca de 5 mil clientes, com a meta de atingir 20 mil pessoas até o fim do semestre. Em crédito já foram disponibilizados, de acordo com o CEO, R$ 1 milhão para 200 empreendedores.

O plano de abertura de agências faz parte tanto da estratégia para ampliar o número de clientes como da filosofia de inclusão do projeto. "Nós percebemos que o digital é o futuro, mas nós precisamos criar um espaço de degustação, podemos dizer assim, onde o morador sinta confiança, que ele possa ir lá conversar com o gerente, que ele possa ter um relacionamento de fato", justifica sobre a decisão que vai "na contramão" dos grandes bancos, que têm reduzido o atendimento presencial.

"Ainda é fundamental para uma população que tem dificuldade com relação ao acesso, que é analfabeta ou semi-analfabeta, e que culturalmente não está acostumada com o digital. Culturalmente as pessoas estão acostumadas a ir na agência, pegar uma fila, e guardar o comprovante durante cinco anos para de repente dar problema", exemplifica.

Entre os moradores de favelas, 2% nunca usam o aplicativo do banco e 1% ainda não fazem pagamentos com o Pix, de acordo com a pesquisa do NÓS – Pesquisas. Porém, 61% dessa população têm conta digital e 60% fazem transferências Pix diariamente. Apenas 9% retiram dinheiro diariamente de caixas eletrônicos.

PROXIMIDADE

As quatro comunidades que receberão agências do banco foram escolhidas, segundo Rodrigues, pela presença do G10, articulação de lideranças de favelas. Os pontos de atendimento previstos deverão ser abertos em Heliópolis, maior favela paulistana; Sol Nascente, maior favela do país que fica no Distrito Federal; Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (MG); Casa Amarela, em Recife (PE).

Entre os empreendimentos que já são clientes do G10 Bank está o Costurando Sonhos. O projeto surgiu em 2017 com a proposta de capacitar mulheres para trabalharem como costureiras. "Depois que a gente capacitou as primeiras 40 mulheres, a gente sentiu a dificuldade de inseri-las no mercado de trabalho. E aí, como alternativa, a gente resolveu empreender", conta a fundadora do projeto, Suéli Feio.

"O primeiro banco que nos ajudou foi o G10 Bank, com os R$ 15 mil que nos emprestou. Isso possibilitou a gente comprar máquinas para ampliar o nosso negócio", diz a empreendedora que tinha dificuldades de captar crédito em bancos tradicionais. "Tinha o CNPJ, mas a estrutura era muito informal. A gente não tinha o contador, o banco pedia balanço, pedia várias coisas. Pedia faturamento, pedia comprovante de endereço", relata.

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE FAUNA
FELICITÁ IN SORENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI - CNPJ: 30.924.199/0001-05 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo Nº EIS-PRO-2022/07687.06, Autorização Ambiental Municipal para Manejo De Fauna Silvestre - AMF-2024/00003 com validade de 12/03/2026 para levantamento em Avenida 6 PAA 10448/PAL 40481 - Quadra: 2.5 SO Lote: 01, Jacarepaguá – Rio de Janeiro, RJ.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024
1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 12 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da V2I Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 14/03/2024 sob o nº 00006131930, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2024
O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.031/2024 no dia 27/03/2024 às 09h00min. - Objeto: Aventais Cirúrgicos Descartáveis Estéreis (AVENTAL/CAPOTE CIRÚRGICO, ESTÉRIL, USO HOSPITALAR, SMS, MANGAS LONGAS, BOA FLEXIBILIDADE, TIRAS DE FIXAÇÃO RESISTENTES NO TÓRAX E PESCOÇO, PUNHOS DE MALHA, COSTURAS REFORÇADAS OU SELADAS, IMPERMEÁVEL, COM TIRAS INTERNAS NAS COSTAS E EXTERNAS NA CINTURA, FECHAMENTO EM TRANSPASSE LATERAL, DESCARTÁVEL EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE APRESENTE LAUDO ANALÍTICO DEACORDO COM A ABNT NBR 16064 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, REGISTRO NA ANVISA. TAMANHO G e AVENTAL/CAPOTE CIRÚRGICO, ESTÉRIL, USO HOSPITALAR, SMS, MANGAS LONGAS, BOA FLEXIBILIDADE, TIRAS DE FIXAÇÃO RESISTENTES NO TÓRAX E PESCOÇO, PUNHOS DE MALHA, COSTURAS REFORÇADAS OU SELADAS, IMPERMEÁVEL COM TIRAS INTERNAS NAS COSTAS E EXTERNAS NA CINTURA, FECHAMENTO EM TRANSPASSE LATERAL, DESCARTÁVEL EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE APRESENTE LAUDO ANALÍTICO DE ACORDO COM A ABNT NBR 16064 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, REGISTRO NA ANVISA. TAMANHO GG) Processo nº. 33409.000840/2024-14. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 33º 21º 5% 06:06 18:21

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

5º Domingo da Quaresma

'Criai em mim um coração que seja puro' (Sl 50,51)

Celebramos neste domingo o quinto do tempo quaresmal, e, na próxima semana, celebraremos o Domingo de Ramos, iniciando a Semana Santa, a mais importante para nós católicos, pois só existe uma Semana Santa ao longo do ano. Estamos nos aproximando do final de tempo quaresmal, mas, ainda há tempo de nos prepararmos para a Páscoa do Senhor por meio da confissão sacramental auricular.

Ao longo desta semana, poderemos intensificar a nossa vida de oração e meditar no amor de Deus, a ponto de entregar o Seu Filho para morrer por nós na Cruz. Quem sabe meditar a Via-Sacra ao longo dessa semana e contemplar o caminho de Jesus até o calvário. Como já sabemos, a Quaresma significa a passagem da escravidão para a liberdade, ou da morte para a vida. Que ao chegar a Páscoa iniciemos uma vida nova, não sejamos mais escravos do pecado e vivamos a nossa liberdade em Deus.

A exemplo do que acompanhamos na liturgia deste domingo, que possamos contemplar Jesus com o olhar da fé, e entender que era necessário que Ele morresse na Cruz para nos salvar. A partir da Cruz de Jesus fincada na terra brotaria muitos frutos, de vida e salvação, e de tantos homens e mulheres que anunciariam a Vida Nova, que surgiu a partir da entrega de Jesus na Cruz. Com a sua morte na Cruz muitos seriam atraídos a Ele e anunciariam a Salvação que vem d'Ele.

O tempo quaresmal é um período que passa rápido e é marcado pela penitência, além das três práticas espirituais que são: oração, jejum e a caridade (esmola). Através daquilo que o tempo da Quaresma nos propõe, devemos caminhar alegres até a Cruz do Senhor, pois da Cruz nos veio a nossa salvação. O tempo da Quaresma em si não é para ser um tempo triste ou de luto, mas pelo contrário, é um tempo em que devemos nos alegrar por conta da entrega de Jesus por nós.

A primeira leitura da missa deste domingo é do livro do profeta Jeremias *(Jr 31,31-34)*: Deus fala por meio do profeta Jeremias que virão dias em que concluirá com a casa de Israel e a casa de Judá uma nova aliança. Podemos entender que essa nova e eterna aliança se dará a partir da morte de Jesus na Cruz. Todo o povo passará a pertencer ao Senhor definitivamente, e a partir da entrega de Jesus na Cruz todos os nossos pecados são perdoados. Deus, ao se revelar ao povo de Israel institui a lei, para que todo o povo tivesse uma direção, com a morte de Jesus na Cruz e posterior ressurreição, é instaurada a nova Lei, que consiste em amar a Deus e ao próximo.

O Salmo responsorial é o *50 (51)*, que diz em seu refrão: *"criai em mim um coração que seja puro"*, é o que Deus espera de nós nessa Páscoa, que o nosso coração seja transformado e purificado. É isso que acontece quando nos aproximamos do Sacramento da Reconciliação, saímos com o nosso coração purificado. Por isso, quem ainda não se confessou procure o Sacramento da Reconciliação antes da Páscoa. A celebração da Páscoa apaga os nossos pecados, mas é necessário também estar com a confissão em dia.

A segunda leitura deste domingo é da carta aos Hebreus *(Hb 5,7-9)*: o autor da carta aos Hebreus diz que, ao longo de sua vida, Jesus dirigiu preces e súplicas a Deus e foi atendido, justamente por causa de sua entrega total a Deus. Jesus, desde quando foi concebido, e ao longo de sua vida pública, aprendeu o que significa a obediência a Deus. Ele foi obediente a Deus até mesmo porque sabia que através de sua entrega na Cruz toda a Humanidade seria salva e Deus selaria uma nova e eterna aliança com a Humanidade.

O evangelho deste domingo é de João *(Jo 12,20-33)*: nesse trecho do Evangelho alguns gregos aproximaram-se de Filipe, que era de Betsaida da Galileia, e disseram que gostariam de ver Jesus. Os gregos não eram bem-vistos pelos judeus, não eram considerados uma raça pura, pois vieram após o exílio da Babilônia. Inclusive os judeus acreditavam que somente eles seriam salvos, pois eram o povo escolhido, e ainda consideravam os judeus sem fé.

Porém, nesse evangelho, os gregos que eram considerados sem fé pelos judeus querem ver e se aproximar de Jesus. Filipe combinou com André e os dois foram falar com Jesus. E Jesus diz: *"Chegou a hora em que o filho do homem vai ser glorificado"*. Ele profere uma longa oração ao Pai, a conhecida "oração da unidade", ou seja, o desejo de Jesus que todos os povos fossem um só e não houvesse mais divisão entre os povos da terra. A salvação é para todo aquele que tem fé e acredita de coração aberto.

Jesus profere essa oração neste momento tanto para os judeus como para os gregos. Primeiramente, para que os gregos se sentissem parte de todo o povo, e em segundo lugar, para que os judeus mudassem a mentalidade.

Infelizmente nos dias de hoje ainda vemos muitas divisões e brigas, seja por religião, por cultura e por busca de poder. Com certeza, poderíamos repetir muitas vezes essa oração pedindo a união de todos os povos. Deus é um só que intercede por todos nós e quer o nosso bem. Devemos viver aqui na terra a religião do amor pregada por Jesus, com certeza o mundo seria diferente.

Estamos caminhando para o final do período quaresmal, esse tempo propício nos indica conversão e mudança de vida, por isso, não excluamos e nem condenemos ninguém, pratiquemos a religião do amor instaurada por Jesus. Peçamos a Deus que aumente a nossa fé e a nossa capacidade de amar e servir. Inspirados ainda pela Campanha da Fraternidade que iremos concluir no próximo domingo com a coleta da solidariedade, mas que nos impulsiona para que a amizade social nos leve a acolher todos como irmãos e irmãs.

FILIAÇÃO

Bolsonaro pressiona, mas Tarcísio faz jogo duro com PL

KARINA FERREIRA/AE

Nas últimas semanas, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tenta convencer o governador de São Paulo e aliado, Tarcísio de Freitas, a deixar o Republicanos e embarcar nas fileiras do Partido Liberal (PL). Apesar da "pressão" pela mudança, como relatou o presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), Tarcísio afirmou em mais de uma ocasião que, "por ora", não tem planos de aceitar o convite.

O que está em jogo com a possível mudança, além da proximidade entre o governador e seu padrinho político, é uma insatisfação de Tarcísio com a direção da sua sigla. Além disso, com Bolsonaro inelegível até 2030 e Tarcísio sendo um dos principais cotados para herdar seu espólio em 2026, a migração proporcionaria acesso a uma maior fatia do Fundo Eleitoral, concorrendo à reeleição do Executivo estadual ou à Presidência da República.

Na quarta-feira passada, Tarcísio afirmou que não vai se desfiliar do Republicanos. "Estou no Republicanos, estou bem. Estamos planejando o futuro e não tem nenhum movimento de mudança", disse o governador após reunião com líderes partidários na Câmara. Antes, ele já havia dito que os pedidos de Bolsonaro "tocam lá no fundo do coração", mas que não há movimento a ser feito no momento.

Como mostrou o *Estadão*, os motivos da possível migração de legenda contemplam fatores para além da aliança de Tarcísio com o ex-presidente. A proximidade do presidente do Republicanos com o governo de Lula vem provocando insatisfação no governador. O dirigente partidário quer o apoio do Palácio do Planalto para se eleger à presidência da Câmara. A Casa escolherá um deputado para suceder a Arthur Lira (PP-AL) em menos de um ano.

FUNDO ELEITORAL

De olho em 2026, a mudança para o PL favoreceria Tarcísio no acesso ao Fundo Eleitoral para a campanha. Aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado, o montante é de R$ 4,9 bilhões. A sigla do ex-presidente, que elegeu 99 deputados em 2022, é a que tem maior fatia do valor nas próximas eleições.

De acordo com uma projeção feita por cientistas políticos da Fundação 1º de Maio, o PL receberá, neste ano, R$ 863 milhões para financiar as campanhas eleitorais, enquanto o Republicanos, R$ 331 milhões, menos da metade, proporção que tende a se repetir nas eleições gerais em 2026.

CONGRESSO

Na Câmara, a bancada do PL tem 96 deputados, a maior da Casa. Já o Republicanos, tem 25 membros. No Senado, o partido do ex-presidente tem 12 cadeiras, enquanto a sigla atual de Tarcísio tem quatro parlamentares.

DE VOLTA PARA CADEIA

Presos 78 no 1º dia de 'saidinha' por descumprimento de previsões judiciais

RENATA OKUMURA/AE

No primeiro dia da "saidinha" de presos, a Polícia Militar do Estado de São Paulo prendeu 78 pessoas descumprindo as medidas judiciais. Na terça-feira, as pessoas presas em regime semiaberto no Estado de São Paulo começaram a deixar as unidades prisionais na primeira saída temporária do ano. O benefício está previsto na Lei de Execuções Penais. A revisão do direito, no entanto, está sendo questionado e poderá ser revisto se avançar o projeto em discussão no Congresso.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), do total de prisões, 42 foram realizadas na capital paulista, sendo cinco detenções somente no centro da cidade. "Desde o ano passado, todo detento flagrado infringindo as regras do Poder Judiciário é reconduzido ao estabelecimento prisional, conforme prevê uma portaria da SSP com o aceite da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP)."

A SAP afirma que o Poder Judiciário é responsável pelas concessões das saídas temporárias. "O benefício é previsto na Lei de Execução Penal e com as datas reguladas, no Estado de São Paulo, conforme Portaria do Departamento Estadual de Execuções Criminais do Estado de São Paulo (Deecrim) e suas complementações. O Poder Judiciário autorizou a saída temporária de 32.129 reeducandos do regime semiaberto desde terça-feira."

Em média, cerca de 35 mil apenados deixam as unidades em saídas temporárias, sendo a taxa de retorno de aproximadamente 95%. A medida vale para detentos que estejam no regime semiaberto e apresentem bom comportamento.

Conforme o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), os presos têm direito ao benefício, desde que cumpram outras exigências impostas, entre elas que tenham cumprido pelo menos um sexto da pena, se primário, ou um quarto dela, se reincidente, a contar da data de prisão, considerando-se o tempo de cumprimento no regime fechado. Ainda de acordo com a lei, devem comprovar o endereço onde permanecerão durante a saída.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da série única da 83ª (octogésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), **da Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 15.3 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 03 de abril de 2024, às 09:30 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A autorização para exclusão do Performance Bond do rol de Garantias da Operação, bem como de todas as obrigações e disposições presentes nos Documentos da Operação referentes ao Performance Bond; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um do valor global dos CRI, conforme definido na cláusula 15.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: fiduciario@commcor.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.
São Paulo, 15 de março de 2024.
Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em duas séries, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12.5 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 03 de abril de 2024, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A não declaração de vencimento antecipado da Operação em decorrência do descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Waiver"), sendo certo que este item estará sujeito à aprovação dos itens "ii", "iii" e "iv" abaixo; (ii) A alteração, nos Documentos da Operação, conforme aplicável, dos termos definidos: a. "Dívida Bruta", que passa a ser compreendido como "Dívida Bruta Abrangente"; b. "Dívida Líquida", que passa a ser compreendido como "Dívida Líquida Abrangente" (iii) A inclusão, nos Documentos da Operação, conforme aplicável, das definições de: a. "Dívida Bruta", cuja definição será: "significa o somatório de todas as dívidas contraídas pela FMFS, sejam elas de curto ou longo prazo." b. "Dívida Líquida", cuja definição será: "significa o passivo com instituições financeiras ou entidades assemelhadas, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos ou garantidos, confissão de dívida, mútuos passivos e garantias reais ou fidejussórias, deduzidos os saldos em caixa e as aplicações financeiras de liquidez imediata." (iv) A alteração dos Índices Financeiros para que passem a ser os seguintes: a. Dívida Líquida / EBITDA Máximo, medido pela razão entre "**Dívida Líquida/EBITDA**" sendo menor ou igual a (i) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; b. Dívida Líquida Abrangente / EBITDA Máximo, medido pela razão entre "**Dívida Líquida Abrangente/EBITDA**" sendo menor ou igual a (i) 3,95 (três inteiros e noventa e cinco centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) 3,55 (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; c. Dívida Bruta Máxima, que deverá ser menor ou igual a (i) R$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento; e d. Dívida Bruta Abrangente Máxima, que deverá ser menor ou igual a (i) R$ 792.000.000,00 (setecentos e noventa e dois milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de reais) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento. (v) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, conforme definido na cláusula 12.10 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: fiduciario@commcor.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.
São Paulo, 15 de março de 2024.
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares de CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04.534-004 ("Agente Fiduciário") e **AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na Rua Colonizador Enio Pipino, 21056, Lote 11-B, Sala B, Lidia, Zona Rural, CEP 78.559-899, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 03.503.798/0001-82 ("Devedor"), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), observado o disposto nos artigos 25 e seguintes da Resolução CVM 60 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("AEI"), a realizar-se no dia 02 de abril de 2024, às 10:00 (dez) horas, de modo exclusivamente digital. A AEI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AEI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar a respeito do aditamento ao Anexo III *do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças* para que seja feita a inclusão da **CARAMURU ALIMENTOS S/A**, sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, com sede a Via Expressa Júlio Borges de Souza nº 4.240, Setor Nossa Senhora da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.080.671/0001-00 e Inscrição Estadual n.º 10.130.974-0, com filial na cidade de Ipameri, Estado de Goiás, à Av. Cristiano José de Souza, s/nº, Quadra 01- Setor José Machado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.080.671/0021-53 ("CARAMURU"), ou qualquer filial da CARAMURU, na lista de clientes, para que sejam atendidos os critérios de introdução de Novos Contratos Mercantis. (ii) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI - CRA AGRO NORTE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 13 de março de 2024.
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

2002

CIDH condena Brasil por 12 execuções em ação policial

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O Estado brasileiro foi responsabilizado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CDHI) pela execução extrajudicial de 12 pessoas no caso que ficou conhecido como Operação Castelinho, em 2002. As pessoas foram mortas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A sentença, de 27 de novembro do ano passado, foi divulgada ontem.

"(A CDHI) declara, por unanimidade, que o Estado (brasileiro) é responsável pela violação do direito à vida, reconhecido no Artigo 4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao Artigo 1.1 do mesmo instrumento, em virtude da execução extrajudicial de José Airton Honorato, José Maria Menezes, Aleksandro de Oliveira Araujo, Djalma Fernandes Andrade de Souza, Fabio Fernandes Andrade de Souza, Gerson Machado da Silva, Jeferson Leandro Andrade, José Cicero Pereira dos Santos, Laercio Antonio Luiz, Luciano da Silva Barbosa, Sandro Rogerio da Silva e Silvio Bernardino do Carmo, nos termos dos parágrafos 76 a 90 desta sentença", diz a decisão.

A Operação Castelinho ocorreu em 2002 e teve como ponto de partida a saída temporária da prisão de três detentos com autorização da Justiça. De acordo com a corte, eles transmitiram a 12 pessoas a notícia falsa de que um avião que transportava R$ 28 milhões aterrissaria no Aeroporto de Sorocaba, no interior do estado, no dia 5 de março daquele ano, e incitaram o grupo a preparar um roubo à aeronave.

"O grupo, juntamente com os infiltrados (os três detentos), saiu em direção ao aeroporto, pela Rodovia Castelo Branco, em quatro veículos. Por volta das 7h30, quando o ônibus do comboio chegou ao pedágio, os agentes de polícia interromperam o trânsito, rodearam o comboio e dispararam durante, aproximadamente, 10 minutos contra o ônibus", diz a CDHI.

Doze pessoas foram mortas em razão de hemorragia interna causada por ferimentos de projétil de arma de fogo dos policiais. Ao analisar o caso, a corte constatou que a informação do avião de transporte de valores foi uma ficção criada pelo Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância (Gradi), ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para incitar o roubo e atrair os criminosos.

"Não houve um intercâmbio de disparos entre os policiais e as 12 pessoas mortas, uma vez que a maior parte das provas indica que as supostas vítimas não estavam armadas no momento de sua morte. Por isso, a corte concluiu que a privação da vida das 12 pessoas durante a Operação Castelinho resultou de uma ação planejada e realizada por agentes estatais para executar extrajudicialmente as referidas pessoas", disse a CDHI.

SEM PUNIÇÕES

Na sentença, a Corte Interamericana ressaltou ainda que não houve punição aos envolvidos nas execuções. A operação foi investigada pela Polícia Militar e arquivada em janeiro de 2004. O Ministério Público do Estado de São Paulo denunciou 55 pessoas por 12 delitos de homicídio qualificado. Em 2014, a Justiça declarou improcedente o pedido de punição, decisão que foi confirmada, em fevereiro de 2017, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Parentes de algumas das pessoas executadas ajuizaram ações de reparação por danos. Somente em uma das demandas foi efetuada a indenização.

"As graves omissões no que concerne ao levantamento de evidências probatórias cruciais para o caso e a falta de proteção e a alteração da cena do crime tiveram consequências negativas para todo o processo penal, obstaculizando o acesso à justiça dos familiares. Consequentemente, a corte concluiu que as autoridades policiais e judiciais buscavam impedir a investigação dos fatos", acrescentou a CDHI.

Em razão das violações, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou ao Estado brasileiro medidas de reparação, como a criação de um grupo de trabalho para esclarecer a atuação do Gradi no estado de São Paulo, incluindo as circunstâncias da execução extrajudicial das vítimas; a disponibilização de tratamento médico, psicológico e psiquiátrico aos familiares, a realização um ato público de reconhecimento de responsabilidade e a adoção de medidas necessárias para suprimir a competência da Polícia Militar para investigar delitos cometidos contra civis.

Brumadinho

Decisão que livra ex-presidente da Vale causa indignação

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A decisão dos desembargadores da 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 6ª região (TRF-6) de conceder *habeas corpus* ao ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, indignou movimentos sociais que representam familiares de vítimas do rompimento, no dia 25 de janeiro de 2019, da barragem Mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais, pertencente à empresa.

"É com perplexidade que recebemos a notícia da votação sobre o *habeas corpus* do ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman. É revoltante saber que desembargadores do TRF-6 reconheceram, deram efetividade ao habeas corpus apresentado pelo ex-presidente da Vale, que, sim, era conhecedor de que a barragem era instável, que a barragem não oferecia estabilidade e que não tomou nenhuma atitude e permitiu que 272 pessoas fossem assassinadas", disse a presidente da Associação dos familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (Avabrum), Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, em vídeo encaminhado à *Agência Brasil,* no qual leu a nota da entidade.

Na tragédia, Andresa perdeu o filho Bruno que, segundo ela, "foi assassinado junto com 271 jóias [como os familiares tratam os parentes mortos em consequência do rompimento] pela Vale, pela Tüv Süd [empresa alemã contratada pela Vale para avaliar a barragem da Mina Córrego do Feijão] e seus aliados".

"Venho, nesse momento, repudiar e demonstrar a nossa insatisfação e tristeza em dar conhecimento aos votos que foram proferidos em favor de Schvartsman, inocentando o mesmo de toda a responsabilidade de conhecimento das instabilidades da barragem. Schvartsman se livra de um processo sem mesmo respondê-lo e faz isso através do *habeas corpus*", destacou.

A presidente da Avabrum acrescentou que os familiares ainda aguardam que sejam encontradas três pessoas ainda não localizadas após o rompimento. "Seguimos ainda aguardando o encontro de três vítimas, de três jóias. É esse o parâmetro que nós temos", concluiu.

O Instituto Camila e Luiz Taliberti (ICLT), fundado em 2019 em homenagem aos irmãos que perderam a vida com o rompimento, indicou em nota que vai lutar contra a decisão. "Nós, que prezamos pela memória dos mortos na tragédia de Brumadinho, não vamos nos calar".

A entidade também reforçou que a falta de conhecimento das condições da barragem, justificada no pedido de *habeas corpus*, não corresponde à realidade. "O ICLT, como parte da sociedade civil organizada, repudia a falta de responsabilização por um desastre que destruiu tantas famílias, sob a alegação de falta de conhecimento dos eventos pelo réu", observou.

"Acreditamos na Justiça brasileira e no comprometimento das instituições que colaboraram com as investigações e apontaram os indícios que resultaram no indiciamento do então presidente da empresa. Em nome da memória de centenas de famílias, mães, pais, filhos e amigos dos mortos, pedimos que os desembargadores repensem os seus votos e que o réu seja julgado, respeitando o devido processo legal", defendeu o ICLT.

O Instituto, que luta por justiça, para que a tragédia jamais seja esquecida e para que não se repita, como forma de honrar a memória das 272 pessoas mortas, é presidido por Helena Taliberti, mãe dos irmãos. "Inspirada no legado de Camila e Luiz, a entidade tem como missão a defesa dos direitos humanos por meio de duas vertentes principais: a proteção do meio ambiente e o empoderamento de grupos em situações de vulnerabilidade, especialmente mulheres", informou o ICLT.

MAB

O coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Joceli Andrioli, disse à **Agência Brasil** que a entidade classificou como vergonhosa a decisão dos desembargadores da 2ª Turma do TRF-6 na concessão do *habeas corpus*, referente ao que chamam de crime cometido pela Vale em Brumadinho.

"Isso é indignante frente a um fato monstruoso que foi o massacre, a morte, o homicídio das 272 pessoas. Isso causa e gera um indício de impunidade sobre esse que é um dos maiores crimes socioambientais em massacres humanos no Brasil no último período. Classificamos de vergonha a posição do judiciário e estamos juntos com as vítimas, junto com a Avabrum, reforçando esta luta para que no Brasil a gente possa ter justiça. Um dos fatos da Justiça é condenar, prender, inclusive essas pessoas, pelo crime que cometeram para que novos crimes não venham a ocorrer em nosso país. Vamos cobrar das instituições para que recorram dessa decisão e para que de fato a Justiça seja alcançada no nosso país", afirmou.

DECISÃO

Na decisão, os desembargadores consideraram que o MP não apresentou indícios de autoria contra Fábio Schvartsman no caso do rompimento da Barragem de Brumadinho. No entanto, seguem as ações penais relacionadas a outros quinze acusados.

Bolsonarista

TSE condena ex-deputado que sugeriu ganhar eleições 'na bala'

RAFAELA FERREIRA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a condenação, ontem, do ex-deputado estadual e atual suplente de deputado federal Delegado Cavalcante (PL-CE) à inelegibilidade por oito anos. Os ministros entenderam que ele incitou a violência contra o resultado eleitoral e disseminou informações falsas sobre as urnas eletrônicas, em discurso em 7 de setembro de 2022.

"Se a gente não ganhar nas urnas, se eles roubarem nas urnas, vamos ganhar na bala", disse o apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em Fortaleza (CE). Na ocasião, outros apoiadores aplaudiram a fala e alguns gesticularam fazendo uma arma com o dedo - sinal usado por Bolsonaro.

Cavalcante ainda reforçou descrença nas urnas eletrônicas e disse que o presidente venceu a eleição de 2018 no primeiro turno. "Não vamos aceitar que as urnas deem vitória pra quem não presta", disse. "Nós não temos medo, nós somos a resistência. Não temos medo dessa corja, esses pilantras que acabaram com o Brasil. Não vamos deixar que nosso presidente perca a eleição."

O ex-deputado já havia sido condenado e declarado inelegível pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) em março do ano passado, porém, havia recorrido ao TSE. Na sessão desta quinta, decisão foi confirmada pela Corte por seis votos a um.

No processo, a defesa do ex-deputado disse que o discurso dele ocorreu meses antes das eleições, em evento no qual ele não se apresentou como candidato ou delegado. Alegou ainda que ele não disseminou informação falsa nem fez qualquer crítica ao processo eleitoral, mas à atitude de políticos e pessoas que roubam a dignidade da democracia com compra de votos e outros crimes eleitorais.

DISCURSO E 8/1

Na sessão, o presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ressaltou que o discurso criminoso, antidemocrático e golpista de Cavalcante é exatamente o tipo de mensagem que levou aos atos golpistas do 8 de Janeiro, marcados pela invasão e pela destruição das sedes dos Três Poderes, em Brasília.

"Essas pessoas se escondem, ou tentam se esconder depois, na imunidade parlamentar, enquanto aqueles que foram instigados por eles estão com penas de 12 a 17 anos. Aqui estão presentes todos os elementos do golpe. Ele instigou a desobediência contra a Justiça Eleitoral", afirmou Moraes.

Roda presa

Rui Falcão: PT se distanciou do cotidiano e passou a fazer política a cada dois anos

RAFAELA FERREIRA/AE

O deputado federal e ex-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores Rui Falcão (PT-SP) avalia que a sigla se distanciou do cotidiano do País. Para ele, o partido passou a fazer política a cada dois anos. "Disputa eleição e, depois, reflui", disse o político.

"A presença no bairro, na comunidade, na igreja, no sindicato, a discussão política permanente, a formação dos jovens, tudo isso a gente foi deixando de lado. Em detrimento disso, cada vez mais a participação exclusivamente institucional", disse o deputado durante entrevista ao Poder360.

Ao ser questionado sobre a presença da esquerda nas ruas, o deputado afirmou que é preciso fazer uma "disputa também dos nossos valores, das nossas ideias", ao comparar com o movimento da oposição. "A direita está pondo o debate da anistia, mesmo tendo avaliação de que isso não vai ser obtido nesse momento. Mas está fazendo a disputa", disse. "A gente precisa ganhar espaço, está muito parado."

Nas eleições de 2024, Falcão disse que grupo de trabalho eleitoral do PT ainda está em fase de levantamento, já que não se tem, ainda, uma definição em vários Estados e de candidaturas "Em São Paulo, a candidatura do (Guilherme) Boulos é como se fosse nossa. Uma vitória em São Paulo meio que aparece como uma vitória quase nacional", disse sobre o apoio do partido ao pré-candidato do PSOL para a Prefeitura da capital paulista.

Rui Falcão presidiu o PT de abril de 2011 a junho de 2017. Em 2023, o deputado presidiu a Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ), na Câmara, que agora passou a ser liderada pela deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC).

Amazônia

STF manda abrir créditos para combate ao desmatamento

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a existência de um "estado de coisas ainda inconstitucional" na proteção da Amazônia e determinou a abertura de créditos extraordinários, com vedação de contingenciamento orçamentário, para adoção de medidas de combate ao desmatamento no bioma.

Os ministros apontaram que houve avanços na política ambiental com a mudança do governo federal, mas entenderam que o quadro atual ainda não é satisfatório e deve haver intervenção do Judiciário.

A ministra Cármen Lúcia, relatora do tema, defendeu a declaração de um "estado de coisas inconstitucional em processo de reconstitucionalização".

No entanto, a maioria dos ministros divergiu do seu posicionamento por entender que essa declaração, que diz respeito a uma violação sistemática de direitos fundamentais.

Em todo País

Casos de síndrome respiratória continuam crescendo

ALANA GANDRA/ABRASIL

O novo Boletim InfoGripe, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sinaliza crescimento de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na maior parte do país, em todas as faixas etárias analisadas. Segundo a Fiocruz, o atual quadro é decorrente dos diversos tipos de vírus que estão circulando no território nacional, entre os quais o Sars-CoV-2 (Covid-19), influenza (gripe), vírus sincicial respiratório (VSR) e rinovírus.

Referente à Semana Epidemiológica (SE) 10 (de 3 a 9 de março), o estudo tem como base dados inseridos até 11 de março.

O boletim destaca que os casos de SRAG por Covid-19 aumentaram nos estados do Centro-Sul. Em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, a análise aponta desaceleração do crescimento de SRAG em idosos nas últimas semanas. Os casos de SRAG por influenza A (gripe) aumentaram em estados do Nordeste, Sudeste e Sul. Nessas duas últimas regiões (Sudeste e Sul), os casos ocorrem em combinação com o aumento por covid-19. Já em relação às ocorrências associadas ao VSR, verifica-se crescimento em estados de todas as regiões brasileiras.

Como foi ressaltado no boletim da semana passada, a SRAG segue impactando crianças de até dois anos de idade, tendo VSR como principal agente desse crescimento de casos.

VERÃO: Sol com nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 33º 21º 5% 05:55 18:10

MANIFESTAÇÃO

Ato por Marielle vira marcha pelas vítimas da violência do estado

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Uma expressão que ganhou vida em protestos e manifestações nos últimos seis anos voltou a ressoar ontem na região da Avenida Rio Branco, umas das principais vias do Centro do Rio de Janeiro. “Marielle, presente!” foi entoada por cerca de duzentas pessoas que participaram de um ato para lembrar a morte da vereadora e do motorista Anderson Gomes e demonstrar solidariedade a vítimas da violência do Estado. Parentes e companheiros de luta política se reuniram ao redor da estátua de Marielle Franco, erguida no Buraco do Luma, uma praça pública em que a vereadora negra, bissexual e criada na favela da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, sempre fazia discursos abertos à população.

“Um dia de luta, de dor, mas também de resistência para continuar com essa luta, com nosso objetivo que é justiça por Marielle e Anderson o quanto antes. Ter o nome dos mandantes é fundamental”, declarou Marinete da Silva, mãe de Marielle, que pediu também que os crimes sejam julgados por júri popular – quando sentenças são decididas por representantes da sociedade.

“Continuamos fazendo a mesma pergunta que fizemos há seis anos, quem mandou matar e por quê?”, acrescentou Antonio Francisco da Silva Neto, pai da vereadora.

Filha de Marielle, Luyara Santos frisou que a família vai seguir lutando por justiça e “ser a continuação do sonho dela, ser resistência por ela”.

“Seis anos é tempo demais para dor, para saudade e para a justiça”, lamenta.

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

A manifestação que clamava justiça pelos assassinados da noite de 14 de março de 2018 se transformou em uma marcha de apoio a parentes de vítimas da violência do Estado, a maioria preta e de regiões periféricas.

“São seis anos de muita dor. Se leva seis anos ou mais e era Marielle dentro do carro, imagina para todos os outros casos que não estavam com Marielle”, indagou Agatha Arnaus, viúva de Anderson Gomes.

“Pergunto-me se todos esses casos vão ter resposta. Quantos vão ficar invisíveis”, disse, se referindo aos casos de familiares de vítimas da violência que acompanhavam o ato.

“A gente tem que se indignar muito mais do que só no dia 14 de março. A gente tem que se indignar muito mais e todos os dias”, enfatizou.

Irmã de Marielle, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, cobrou o fim da violência contra populações periféricas e minorias.

“A gente não pode naturalizar nesse país, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, as fotos que estão aqui, nenhum crime, não apenas o da minha irmã”. Ela se referia a cartazes levados por familiares de vítimas da violência.

“Não é normal a gente ter um jovem negro sendo assassinado a cada 23 minutos nesse país, não é normal uma mulher negra ser violentada a cada 6 horas nesse país”, enfatizou.

VIOLÊNCIA POLÍTICA

Anielle Franco fez um apelo por união contra a violência política no país. “Isso precisa acabar. Não interessa qual o seu posicionamento político, não interessa em quem você votou, o que a gente não pode permitir mais, em hipótese nenhuma, é que a gente não dialogue a favor da democracia e de uma população que siga viva”.

Lígia Batista, diretora executiva do Instituto Marielle Franco, criado para manter o legado da vereadora, aponta que a demora na resolução do caso já é, por si só, uma injustiça. “Justiça atrasada é justiça negada”.

Ela ressaltou que a luta pelo caso de Marielle representa também luta por “todos os familiares, mães de vítimas de violência desse Estado” e fez críticas à violência política de gênero e raça.

“É lamentável que a gente conviva com a violência política de gênero e raça, que coloca em risco a vida de pessoas como Marielle, ao ocuparem a política institucional. É fundamental que nessa data a gente marque que é inaceitável que a violência política de gênero e raça continue sendo uma realidade no nosso país. Com violência política de gênero e raça não existe qualquer sombra de democracia em um país como esse”.

A diretora do Instituto Marielle promete seguir um caminho combativo por um país sem violência política.

MAURO VEIRA

Reação de Israel tem como alvo todo o povo palestino

FELIPE FRAZÃO/AE

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem, que a reação das Forças de Defesa de Israel (FDI) na Faixa de Gaza tem como alvo "todo o povo palestino" e não somente integrantes do grupo Hamas.

"É preciso condenar e repudiar a atrocidade do ataque terrorista sofrido no dia 7 de outubro. Sim, Israel tem o direito de defender sua população, mas isso tem de ser feito dentro de regras do direito internacional. A cada dia que passa resta claro que a reação de Israel ao ataque sofrido tem sido extremamente desproporcional e não tem como alvo somente os responsáveis pelos ataques, mas todo o povo palestino", afirmou o chanceler.

O ministro reiterou posição externada antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acusou Israel de promover "punição coletiva" aos palestinos em Gaza e de transformar o direito de defesa em "direito de vingança".

Em audiência no Senado, o chanceler disse que o governo de Israel "viola o direito internacional" ao bloquear o ingresso de ajuda humanitária em Gaza. Ele tentou explicar a analogia feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre o Holocausto, o extermínio de 6 milhões de judeus pelo regime nazista de Adolf Hitler, e a campanha da FDI em curso.

Segundo Vieira, Lula fez a comparação num contexto de "profunda indignação" por causa das mortes em Gaza. "São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar o valor supremo que é a vida humana", disse o ministro, em defesa de Lula.

O presidente se recusou a pedir desculpas e passou a ser considerado persona non grata em Israel, o que foi anunciado pelo chanceler Israel Katz, em hebraico, durante visita do embaixador brasileiro acreditado no país ao memorial do Holocausto.

"Lamento de que chancelaria israelense tenha se dirigido de forma desrespeitosa a um chefe de Estado de país amigo, o presidente Lula. Reputo igualmente lamentável o tratamento indecoroso e descabido dado ao embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer", disse Viera, a respeito do diplomata que foi convocado por tempo indeterminado de volta a Brasília. "São páginas que desabonam a prática diplomática internacional".

O ministro disse que o Brasil vai reagir dentro das práticas diplomáticas. O governo tem procurado evitar nova escalada de embates com os representantes do premiê Benjamin Netanyahu. "Estou seguro que as relações entre Brasil e Israel e nossa amizade com o povo israelense sobreviverão ao comportamento do atual governo de Israel", afirmou Vieira.

O chanceler disse que a planejada operação militar terrestre israelense em Rafah, cidade na fronteira com Egito e Israel que concentra cerca de 1,4 milhão de refugiados - inclusive brasileiros - causa "espanto e consternação" no governo e na comunidade internacional.

O ministro citou os dados difundidos pelas Nações Unidas sobre vítimas em Gaza: são cerca de 32 mil, sendo 70% delas mulheres e crianças. Os dados vêm do Ministério da Saúde em Gaza, controlado pelo Hamas, e não podem checados independentemente.

Vieira acusou ainda Israel de desrespeitar as medidas cautelares impostas pela Corte Internacional de Justiça, que em janeiro ordenou que se evitassem atos que pudessem ser enquadrados como crime de genocídio. O tribunal da ONU se manifestou de forma preliminar em processo movido pela África do Sul, endossado politicamente pelo Brasil a mando de Lula e a pedido da diplomacia palestina.

O presidente já disse reiteradas vezes que o governo israelense promove um "verdadeiro genocídio" em Gaza. A caracterização do delito é controversa, e Israel afirma que jamais teve a "intenção" de acabar com o povo palestino, o que seria uma condição jurídica para a condenação.

Vieira afirmou que as medidas determinadas pela CIJ "são de implementação imediata e obrigatória, porém não há até o momento registro de alteração da condução das operações militares levadas a cabo na Faixa de Gaza".

O chanceler manifestou preocupação com declarações recorrentes "de altas autoridades israelenses" a respeito da ocupação de Gaza, do deslocamento forçado de palestinos e de que não aceitarão a constituição do Estado da Palestina. A coexistência dos dois Estados ganhou impulso na comunidade internacional e no G20, mas Israel rejeita aceitar agora.

O ministro disse que o Brasil condena sistematicamente a expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, que considera ilegais, e manifestou preocupação com a crescente violência de colonos contra palestinos.

Conforme o chefe do Itamaraty, cerca de 15 mil toneladas de ajuda humanitária - mais de metade alimentos - aguardam aval de Israel para ingresso em território palestino.

O ministro foi questionado sobre o bloqueio de parte dos equipamentos e suprimentos enviados pelo Brasil a Gaza e disse que ao menos 30 de 190 purificadores de água terminaram barrados durante a inspeção. Segundo o embaixador, o País não recebeu justificativa oficial, mas apenas indicações informais de que a razão seriam os equipamentos fotovoltaicos para geração de energia solar, que fazem parte dos kits dos purificadores de água.

A maior parte dos suprimentos conseguiu chegar, conforme a instituição destinatária, o Crescente Vermelho do Egito.

"Sem sombra de dúvida o bloqueio de ajuda humanitária no contexto de atual de fome e falta de insumos médicos em Gaza consiste numa violação do direito internacional", acusou Vieira.

"Na semana retrasada assistimos a um massacre de mais de 100 palestinos mortos esperando na fila por comida enviada por assistência humanitária e apesar disso governo do primeiro-ministro de Israel continua dificultando sistematicamente a entrada de caminhões com ajuda humanitária nas fronteiras com Gaza", criticou o ministro.

Vieira afirmou que o governo brasileiro "não está sozinho" em suas posições e considera "inadmissível" a catástrofe em Gaza. Ele citou declarações similares de autoridades dos EUA, maior apoiador de Israel, e afirmou que é hora de o Conselho de Segurança da ONU agir em favor de um cessar-fogo de seis semanas.

GUERRA

Ucrânia dispara mísseis contra região de fronteira com a Rússia

A Ucrânia disparou pelo menos oito mísseis contra a região fronteiriça russa de Belgorod, matando uma pessoa e ferindo seis, disseram autoridades locais ontem ontem, enquanto as forças de Kiev aparentemente continuavam seus esforços para abalar o Kremlin na véspera da eleição presidencial da Rússia. A votação, que acontecerá entre 15 e 17 de março, se dará em meio a uma repressão implacável à dissidência russa.

Além disso, na região fronteiriça de Kursk, na Rússia, as forças ucranianas tentaram um ataque, segundo as autoridades locais. Não foi possível verificar de forma independente as informações russas.

As investidas ucranianas ao território russo nos últimos dias, incluindo ataques de drones de longo alcance e alegadas incursões de representantes russos que vivem na Ucrânia, ocorreram em um momento em que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, se prepara para uma quase garantida reeleição. Putin tem procurado persuadir os russos a mantê-lo no poder em um cenário que, segundo ele, traz ameaças estrangeiras ao país e à medida que a guerra na Ucrânia se estende pelo seu terceiro ano.

Em um vídeo divulgado nesta quinta, Putin conclamou os russos a irem às urnas, classificando a participação nas eleições como uma "manifestação de sentimento patriótico". Afirmando que "a única fonte de poder no nosso país é o povo", Putin disse aos russos que eles não só deveriam votar, mas declararem firmemente a sua vontade e aspirações, com o envolvimento pessoal no desenvolvimento futuro da Rússia.

Desde que chegou ao poder, há quase 25 anos, Putin eliminou quase todos os meios de comunicação independentes e vozes da oposição na Rússia, especialmente depois da invasão em grande escala da Ucrânia em 2022, que inicialmente sofreu um percalços. Analistas dizem que o Kremlin está preocupado com a baixa participação durante os três dias de votação e precisa da presença nas urnas dos russos para dar legitimidade a Putin, que é quase certo que ganhará outro mandato de seis anos.

Sam Greene, do Centro de Análise de Política Europeia em Washington (EUA), classificou a eleição da Rússia como "uma farsa". "O Kremlin controla quem está nas urnas. O Kremlin controla como eles podem fazer campanha", disse Greene. "Sem falar na capacidade de controlar todos os aspectos da votação e do processo de contagem de votos."

ÔNIBUS

Prisão de sequestrador muda para preventiva

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro decidiu ontem manter preso Paulo Sérgio de Lima, o homem que sequestrou um ônibus na rodoviária, atirou em duas pessoas e manteve 16 pessoas reféns durante quase três horas. Dessa forma, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva.

No texto da decisão, o juiz Pedro Ivo D'Ippolito considerou que o sequestrador tem histórico criminal, com diversas anotações, e que estava foragido do sistema penitenciário. Que os atos cometidos no dia 12 de março reforçaram a “periculosidade”, “audácia” e “destemor” do homem, e há perspectivas de novas infrações penais e de ameaça à ordem pública.

“A liberdade do custodiado pode gerar mais temor às vítimas que, já abaladas pelo crime, ainda deverão comparecer em juízo para depor de forma isenta e livre de intimidações, tornando necessária a prisão cautelar por conveniência da instrução criminal, a fim de tutelar a produção da prova e não comprometer a busca pela verdade”, complementou o juiz na decisão. A prisão preventiva tem o objetivo de evitar que o acusado cometa novos crimes, prejudique a colheita de provas ou fuja.

No texto, também foi relatado que Paulo Sérgio foi “agressivo e desrespeitoso” contra os policiais que o apresentaram na audiência de custódia. Segundo o juiz, não foi constatada nenhuma ilegalidade dos agentes que justificasse o comportamento do custodiado. E que, por questões de segurança aos presentes na audiência, Paulo Sérgio foi mantido algemado.

SEQUESTRO

O ônibus da Viação Sampaio, que partiria para Juiz de Fora, em Minas Gerais, foi sequestrado por Paulo Sérgio de Lima na última terça-feira (12). Segundo versão apresentada à polícia, ele tentava fugir do estado após se desentender com traficantes da comunidade da Rocinha, uma das maiores do Rio.

EUA

Ratos invadem sede de polícia comem maconha

A sede da polícia de Nova Orleans, nos Estados Unidos, está tão velha e dilapidada que ratos estão comendo a maconha confiscada e armazenada ali como evidência, afirmou a chefe de polícia da cidade. "Os ratos que comem nossa maconha, eles estão todos chapados", disse a superintendente de polícia Anne Kirkpatrick aos membros do Conselho Municipal de Nova Orleans.

Kirkpatrick descreveu a infestação de roedores e a decadência nos escritórios que abrigam a polícia de Nova Orleans desde 1968, dizendo que os policiais até encontraram excrementos de rato em suas mesas. O prédio também está sendo tomado por mofo e baratas. Segundo Kirkpatrick, seus 910 policiais chegam ao trabalho e encontram ar-condicionado e elevadores quebrados.

Kirkpatrick disse aos membros do Conselho Municipal que as condições são desmoralizantes para os funcionários e afastam potenciais recrutas que aparecem para entrevistas. "A sujeira é extraordinária", disse ela, acrescentando que não é culpa da equipe de limpeza do departamento. "Eles merecem um prêmio por tentarem limpar o que não pode ser limpo." As autoridades municipais estão tomando medidas para transferir o departamento para um novo espaço. Essa tem sido uma prioridade da chefe de polícia desde que assumiu o cargo, em outubro de 2023. O Conselho Municipal avalia uma proposta de gastar US$ 7,6 milhões em um arrendamento de 10 anos para transferir temporariamente a sede da polícia para dois andares em um prédio no centro da cidade.

NOVA SEDE

O Comitê de Justiça Criminal do Conselho concordou na última segunda-feira, em levar a proposta de arrendamento ao plenário do Conselho Municipal para votação, informou o *The Times-Picayune/The New Orleans Advocate*. Kirkpatrick diz que o contrato de aluguel daria ao departamento tempo para elaborar planos para uma nova sede permanente.

Ron Harrison, diretor técnico global da Orkin Pest Control, disse à *Associated Press* que nunca encontrou ninguém relatando ratos que comiam maconha, embora a empresa tenha contratos de controle de pragas para algumas estufas que a cultivam.

Harrison disse que a situação de Nova Orleans não é completamente chocante, já que os ratos são onívoros, e que os ratos poderiam sentir os mesmos efeitos da maconha que os humanos, dependendo da forma em que ela se apresenta.